COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 418, DE 2003 (Do Dep. Fernando Coruja)

*Torna obrigatória a
manutenção de registro fotográfico
pelos estabelecimentos e instituições
que menciona.*

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Nos termos do art. 57, XI, do Regimento Interno, apresento a seguinte complementação de voto, tendo em vista que foi aberto novo prazo para emendas a partir do dia 11 de abril de 2007.

Na ocasião, o ilustre Deputado Laerte Bessa apresentou a Emenda nº 1, no intuito de suprimir o § 2º do Art. 1º do Substitutivo, que, por sua vez, vedava a utilização do cadastro fotográfico para fins de identificação criminal.

Tendo em vista que já optamos no Substitutivo por suprimir os hospitais, casas de saúde e assemelhados, entendemos que as instituições a serem abrangidas – presídios, casas de detenção, IMLs, instituições de internação psiquiátrica, orfanatos e demais instituições responsáveis pelo abrigo ou pela guarda de crianças e adolescentes, inclusive infratores - já são, muitas vezes, relacionadas ao âmbito criminal, podendo, de fato, abrigar, não só acusados, como também vítimas de infrações. Em consequência, tem razão o autor da emenda, ao afirmar que o uso do registro fotográfico em questão pode ajudar a elucidar eventual delito e localização da própria vítima.

Por entender serem cabíveis os argumentos do autor da Emenda, complemento meu voto, no sentido de acatá-la, restando o parecer, portanto, pela

constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 418, de 2003, na forma do substitutivo anteriormente apresentado, e pela aprovação da Emenda nº 1, nos termos que ora apresento.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 418, DE 2003

Torna obrigatória a manutenção de registro fotográfico pelos estabelecimentos e instituições que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga a manutenção de cadastro com registro fotográfico pelos estabelecimentos e instituições que menciona.

Art. 2º Os estabelecimentos e instituições públicas e privadas responsáveis por internações de qualquer natureza e pela guarda de pessoas, inclusive de cadáveres, ficam obrigadas a manter cadastro com o registro fotográfico das pessoas mantidas sob a sua responsabilidade.

Parágrafo único. Incluem-se, dentre outros, para os fins desta Lei:

I – os hospitais, manicômios, casas de saúde e instituições congêneres;

II – os presídios, casas de detenção e delegacias de polícia;

III – os orfanatos e demais instituições responsáveis pelo abrigo ou pela guarda de crianças e adolescentes, inclusive infratores.

Art. 3.º Os estabelecimentos e instituições a que se refere o Art. 2.º são obrigados a manter o cadastro com registro fotográfico em local de fácil acesso ao público.

Art. 4.º Os servidores públicos responsáveis pelos estabelecimentos e instituições mencionadas no art. 2.º que descumprirem esta Lei estão sujeitos a advertência e ao afastamento de suas funções, em caso de reincidência.

Art. 5.º Os estabelecimentos e instituições particulares que descumprirem esta Lei serão autuados, aplicando-se-lhes multa correspondente a 5.000 (cinco mil) UFIR.

§1.º A multa prevista no *caput* será aplicada em dobro na hipótese de reincidência, e assim sucessivamente a cada nova reincidência.

§2.º O estabelecimento ou instituição que reincidir pela segunda vez na infração perderá o direito ao credenciamento junto ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de maio de 2007.

Deputado **Fernando Coruja**
Relator